



# Município de Quatro Pontes

## Estado do Paraná

**DECRETO Nº 179/2023**

**DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2023**

Diário Oficial Eletrônico  
Edição: 2326 Data: 29/09/2023 Páginas: 162-166

**SÚMULA: REGULAMENTA O CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO II DO ART. 19 DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.**

*O Prefeito do Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 92, Item I, letra "O", da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

### **DECRETA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** *Este Decreto regulamenta o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Municipal, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

**Parágrafo único.** *O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta.*

**Art. 2º.** *Quando o município utilizar recursos da União oriundos de transferências voluntárias para aquisição de bens e contratação de serviços em geral deverá observar as regras e os procedimentos de que dispõe a normativa vigente.*

**Art. 3º.** *É admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal, conforme dispõe o inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.*

**Parágrafo único.** *Preferencialmente, deverá ser adotado pelo Município o descritivo constante nos catálogos CATMAT e CATSER do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los, sendo que fica assegurada a complementação do descritivo do objeto caso seja necessário, de forma excepcional.*

**Art. 4º.** *O catálogo eletrônico de padronização será utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto, bem como nas contratações diretas de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*



# Município de Quatro Pontes

## Estado do Paraná

**Parágrafo único.** A utilização do catálogo é de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da Administração Pública municipal, como ferramenta para realização prévia das aquisições e contratações, sendo que a não utilização do catálogo eletrônico de padronização deverá ser de forma excepcional, justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

### **CAPÍTULO II**

### **PADRONIZAÇÃO**

**Art. 5º.** No processo de elaboração da padronização do catálogo eletrônico de compras, serviços e obras deverão ser observados:

- I-** a compatibilidade, na estrutura do Poder Executivo municipal, de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- II-** os ganhos econômicos e de qualidade advindos;
- III-** o potencial de centralização de contratações de itens padronizados; e
- IV-** o não comprometimento, restrição ou frustração do caráter competitivo da contratação, ressalvada a situação excepcional de a padronização levar a fornecedor exclusivo, nos termos do inciso III, do § 3º, do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 6º.** O processo de padronização, se elaborado, observará as seguintes etapas sucessivas, no mínimo:

- I-** emissão de parecer técnico sobre o item, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, se couber;
- II-** convocação, pelo órgão ou entidade com competência para a padronização do item, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, de audiência pública à distância, via internet, para a apresentação da proposta de padronização;
- III-** submissão das minutas documentais de que tratam os incisos I, II, IV, e V do art. 7º deste Decreto, que compõem a proposta de item padronizado, à consulta pública, via internet, pelo prazo mínimo de 10 dias úteis, a contar da data de realização da audiência de que trata o inciso II deste artigo;
- IV-** compilação e tratamento, pelo órgão ou entidade responsável pela padronização do item, das sugestões submetidas formalmente pelos interessados por ocasião da consulta pública de que trata o inciso III;
- V-** despacho motivado da autoridade superior, com a decisão sobre a adoção do padrão;





## Município de Quatro Pontes Estado do Paraná

*VI- aprovação das minutas documentais de que trata o inciso III, em atenção ao disposto no inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021;*

*VII- publicação, no sítio oficial do órgão ou entidade responsável pela padronização, sobre o resultado do processo, observado os requisitos estabelecidos no inciso III do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

*VIII- publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas do item padronizado.*

*§1º O parecer técnico de que trata o inciso I do caput deverá ser elaborado por comissão de padronização, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo a maioria servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los.*

*§2º No caso de projeto de obra ou de serviço de engenharia, o parecer técnico é de competência privativa das profissões de engenheiro ou de arquiteto, conforme o caso.*

*Art. 7º. O catálogo eletrônico de padronização, se elaborado, conterà os seguintes documentos e funcionalidades da fase preparatória de licitações:*

*I- anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;*

*II- matriz de alocação de riscos, se couber;*

*III- conexão com o painel para consulta de preços, o banco de preços em saúde e a base nacional de notas fiscais eletrônicas, de forma a otimizar a determinação do valor estimado da contratação, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;*

*IV- minuta de edital ou de aviso ou instrumento de contratação direta; e*

*V- minuta de contrato e de ata de registro de preços, se couber.*

*§1º As minutas documentais que compõem o catálogo eletrônico de padronização deverão empregar linguagem simples, de forma clara e compreensiva à Administração e ao mercado.*

*§2º Os órgãos ou entidades com competência para a padronização do item serão estabelecidos pela Secretaria de Administração e Gabinete, considerando a política e a atividade fim desenvolvidas e divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas.*

*Art. 8º. O catálogo será estruturado nas seguintes categorias:*

*I- catálogo de compras, para bens móveis em geral;*

*II- catálogo de serviços, para serviços em geral; e*

*III- catálogo de obras e de serviços de engenharia, para projetos em geral ou serviços comuns de engenharia, de menores complexidades técnicas e operacionais.*



# Município de Quatro Pontes

## Estado do Paraná

*§1º O catálogo municipal deverá conter o descritivo de todos os itens de materiais e/ou serviços a serem adquiridos/contratados pela Administração Pública, com especificações que deverão atender às necessidades dos órgãos e entidades requisitantes.*

*§2º Quando da inclusão no catálogo de obras e/ou serviços de engenharias, devido às singularidades das especificações, estas deverão ser descritas de modo genérico, cabendo a descrição detalhada e respectivos itens que compõem as planilhas orçamentárias e de composição de custo constar do Projeto Básico.*

*Art. 9º. Enquanto não for elaborado o Catálogo Eletrônico pelo Município, poderá ser adotado, nos termos do artigo 19, II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dentre outros, os Catálogos CATMAT e CATSER do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.*

### **CAPÍTULO III**

#### **REVISÃO**

*Art. 10. O órgão ou entidade competente poderá revisar o item já padronizado:*

- I- de ofício, sempre que entender conveniente e oportuna a revisão; ou*
- II- a requerimento de terceiro, após análise de viabilidade pela comissão de padronização.*

*§1º No caso do inciso II, o interessado deverá formalizar o pedido ao órgão ou entidade competente por aquele item padronizado que pretenda revisão, acompanhado de justificativa técnica.*

*§2º A decisão que deferir ou indeferir o requerimento de que trata o inciso II será proferida no prazo de até 30 (trinta) dias do pedido.*

*Art. 11. Da revisão de que trata o artigo anterior, poderão resultar:*

- I- a decisão de que o padrão vigente se mantém;*
- II- a alteração do padrão; ou*
- III- a revogação do padrão, sem que novo item seja padronizado.*

### **CAPÍTULO IV**

#### **UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO**



# Município de Quatro Pontes

## Estado do Paraná

**Art. 12.** No emprego das minutas que compõem o catálogo eletrônico de padronização, apenas os campos informacionais indispensáveis a precisa caracterização da contratação poderão ser editados ou complementados, tais como:

- I-** quantitativos do objeto;
- II-** prazo de execução;
- III-** possibilidade de prorrogação, se couber;
- IV-** estimativa do valor da contratação ou orçamento detalhado do custo global da obra;
- V-** informação sobre a adequação orçamentária.

**Parágrafo único.** Em todos os casos, é vedada a alteração da especificação do objeto.

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13.** As informações sobre o catálogo eletrônico de padronização serão disponibilizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**Art. 14.** A Secretaria de Administração e Gabinete poderá:

- I-** expedir normas complementares necessárias para a execução deste Decreto; e
- II-** estabelecer, por meio de orientações ou manuais, informações adicionais para fins de operacionalização do catálogo eletrônico de padronização.

**Art. 15.** As disposições do presente artigo poderão ser implementadas após a data prevista para entrada em vigência da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao Administrador Público ou ao Secretário Municipal de Administração e Gabinete justificar, por escrito, e anexar ao respectivo processo licitatório a não utilização do catálogo eletrônico de padronização ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV, do caput, do artigo 19, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 16.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2023**

  
**JOÃO INÁCIO LAUFER**  
**PREFEITO**